



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 33/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO

1- **Processo TCE nº 10932/2015.**

2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.

3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Ipixuna.

4- **Exercício:** 2014.

5- **Responsável:** Sra. Aguiar Silvério da Silva, Prefeita e Ordenadora de Despesas.

6- **Unidade Técnica:** Relatório Conclusivo nº 09/2016 – DICOP (fls. 890/911) e Relatório Conclusivo nº 44/2016 – DICAMI (fls. 912/962).

7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer 2684/2016-MPC-EFC (fls. 963/969), da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

8- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Ipixuna. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação das contas com ressalvas.

9- **PARECER PRÉVIO:**

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o posicionamento do Órgão Técnico e com o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS da Prefeitura Municipal de Ipixuna, de responsabilidade da Sra. **Aguiar Silvério da Silva**, exercício de 2014, com fundamento no art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, II, da Resolução TCE 09/1997.

10- **Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- **Data da Sessão:** 07 de Junho de 2016.

12- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho,



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 33/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO

Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL

Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Conselheiro Convocado

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 33/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2016-TCE-Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 10932/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Ipixuna.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sra. Aguiamar Silvério da Silva, Prefeita e Ordenadora de Despesas.

6- Unidade Técnica: Relatório Conclusivo nº 09/2016 – DICOP (fls. 890/911) e Relatório Conclusivo nº 44/2016 – DICAMI (fls. 912/962).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer 2684/2016-MPC-EFC (fls. 963/969), da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Ipixuna. Exercício de 2014.

Contas regulares com ressalvas. Multa. Prazo. Recomendações à Origem. Determinação à próxima Comissão de Inspeção. Ciência à responsável. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o posicionamento do Órgão Técnico e com o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1- JULGAR REGULAR COM RESSALVAS a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Ipixuna, de responsabilidade da Sra. **Aguiamar Silvério da Silva** – Ordenadora de Despesas, referente ao exercício de 2014, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º da Lei 2.423/96 e artigo 188, § 1º, II, da Resolução TCE nº 04/2002;

9.2- MULTAR a Sra. Aguiamar Silvério da Silva, Prefeita e Ordenadora de Despesas e da Prefeitura Municipal de Ipixuna, exercício de 2014, no valor total de R\$ **6.576,18** (seis mil quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), correspondente a R\$ **1.096,03** (um mil e noventa e seis reais e três centavos) por bimestre de atraso no envio dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e por atraso no envio dos Relatórios de Gestão Fiscal, consoante art. 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002;

9.3- FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Pública (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com a devida atualização monetária (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando,



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 33/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2016-TCE-Tribunal Pleno)

desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02;

9.4- RECOMENDAR ao órgão de origem, nos termos do art. 188, § 2º, I, da Resolução TCE nº 04/2002, que:

9.4.1- Atente com especial afincos aos preceitos ínsitos na Resolução nº 27/2012/TCE/AM, sob pena de reincidência e, consequente, imputação de multa;

9.4.2- Envie tempestivamente, por intermédio do sistema GEFIS, os Relatórios de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal;

9.5- DETERMINAR à comissão de inspeção do exercício vindouro que verifique o cumprimento destas recomendações;

9.6- DAR ciência da Decisão a Sra. Aguiar Silvério da Silva, Prefeita e Ordenadora de Despesas da Prefeitura Municipal de Ipixuna, exercício de 2014;

9.7- ARQUIVAR os autos, nos termos regimentais.

10- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 07 de Junho de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral